

POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO MILITAR: OS ACORDOS ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS

ALEKSANDRA NOGUEIRA DE OLIVEIRA FERNANDES
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA SOUZA

RESUMO

Neste artigo realizamos um estudo sobre os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Temos como objetivo analisar esses acordos que supostamente pretendiam modernizar o Sistema de Ensino Brasileiro. Optamos pela abordagem qualitativa e priorizamos a revisão de literatura. Como resultados, inferimos que a Educação, por meio dos acordos MEC/USAID, foi utilizada como aparelho ideológico, sendo posta à serviço dos interesses e necessidades do mercado durante o período da Ditadura Militar no Brasil e ainda apresenta os seus efeitos nos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Acordos MEC/USAID, Política educacional, Ditadura Militar.

EDUCATIONAL POLICY IN THE MILITARY STATE: AGREEMENTS BETWEEN BRAZIL AND THE UNITED STATES

ABSTRACT

In this article we conduct a study on the agreements between the Ministry of Education and Culture (MEC) and the North-American Agency for International Development (USAID) in the context of the Military Dictatorship in Brazil. We aim to analyze these agreements that supposedly intended to modernize the Brazilian Education System. We opted for the qualitative approach and prioritized the literature review. As result, we infer that Education, through the MEC/USAID agreements, was used as ideological apparatus, being put at the service of interests and needs of the market during the period of the Military Dictatorship in Brazil and still presents its effects today.

KEYWORDS: MEC/USAID Agreements, Educational Policy, Military Dictatorship.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta uma breve discussão sobre os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Trata-se de uma série de acordos produzidos, nos anos 1960, e que visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. O período entre junho de 1964 e janeiro de 1968, foi de maior intensidade nos acordos, abrangendo desde a educação primária ao ensino superior.

Os acordos MEC/USAID inseriram-se num contexto histórico marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse ínterim, a ajuda externa para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Nesta linha de raciocínio, educadores brasileiros foram selecionados pela USAID para realizarem cursos oferecidos pela San Diego State University, a fim de colocarem em prática o novo modelo de educação adquirido nos Estados Unidos da América (EUA).

A pergunta que norteou o estudo foi: Como os acordos MEC/USAID, assinados no contexto da Ditadura Militar, influenciaram na educação brasileira? Portanto, nosso objetivo é analisar esses acordos que supostamente pretendiam modernizar o Sistema de Ensino Brasileiro. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, em que priorizamos uma revisão de literatura, tais como artigos e livros que tratam do tema em estudo.

O texto está organizado em uma única sessão. Abordamos a respeito dos acordos MEC/USAID, que subjacente à ajuda oferecida ao Brasil, impôs um sistema de ensino baseado nos interesses norte-americanos. E tratamos sobre a relação entre esses acordos MEC/USAID e a organização do ensino brasileiro.

2 A USAID E OS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A *United States Agency for International Development* (USAID) foi criada em 1961, como uma agência de financiamento internacional, sediada nos EUA, e subsidiou a implantação de projetos nas mais variadas áreas, essencialmente aos vinculados à industrialização, à erradicação da pobreza e ao treinamento de pessoal (SOUZA, 2019).

No Brasil, os financiamentos viabilizaram a construção de dezenas de escolas técnicas, aumentaram expressivamente as matrículas na educação básica e no ensino superior. Nesse contexto, a educação era vista, pelos governos militares, como uma mola propulsora para o desenvolvimento econômico e, com isso, deveria formar mão de obra qualificada para a

ampliação do parque industrial, visto que havia a ampliação da industrialização sobretudo com o uso do capital externo (SOUZA, 2019).

Para analisar esses acordos faremos uma breve contextualização histórica sobre os anos de 1950, pontuando alguns acontecimentos que antecederam os acordos MEC/USAID. Segundo Saviani (2011) o período que se estende de 1951 até 1977, é conhecido como uma fase marcada pelo nacionalismo desenvolvimentista. João Café Filho, na condição de vice-presidente, assume o governo da República.

Na pasta do Ministério da Fazenda, estava Eugênio Gudin, que, em 1944, havia participado, juntamente com Roberto Campos, da Conferência de Bretton Woods, responsável pela criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, Gudin baixou, em 17 de janeiro de 1955, a Instrução nº 113, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), a antecessora do Banco Central, que facultou grandes vantagens ao capital estrangeiro.

Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrata (PSD) assumiu a presidência e não revogou a Instrução nº 113, mesmo sendo adversário da União Democrática Nacional (UDN). Por sua vez, completou o processo de substituição de importações, atraindo empresas estrangeiras para implantar indústrias de bens de consumo duráveis.

Essa política favorável às empresas estrangeiras era incompatível com o nacionalismo desenvolvimentista, porém, incentivava, via Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a elaboração e propagação da ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista, com o lema “cinquenta anos em cinco”, que alimentava a execução de seu Plano de Metas (SAVIANI, 2011).

Por esse motivo, Luiz Carlos Bresser Pereira considerou o governo de Kubitschek contraditório. Pois, o modelo econômico do seu governo versava entre um caráter desnacionalizante e a ideologia política nacionalista, que inclusive provocou a crise do início da década de 1960, que gerou o “internacionalismo autoritário em sua vertente militarista” (SAVIANI, 2011).

Conforme Saviani (2011), durante o governo de Juscelino Kubitschek, em 1960, a meta da industrialização havia sido atingida. Logo, não fazia mais sentido lutar por ela. Assim, a contradição de interesses veio à tona quando o objetivo foi alcançado. As razões que moveram empresários nacionais e internacionais, as classes médias, os operários e as forças de esquerda se uniram em torno da bandeira da industrialização, as motivações que os moveram eram divergentes.

Para a burguesia e as classes média a industrialização era um fim em si mesmo, enquanto para o operariado e as forças de esquerda, tratava-se apenas de uma etapa. Atingida a meta, enquanto a burguesia busca consolidar seu poder, as forças de esquerda levantam nova bandeira: nacionalização das empresas estrangeiras, controle da remessa de lucros, *royalties* e dividendos e as reformas de base (tributária, financeira, bancária, agrária, educacional etc.).

Neste sentido, a burguesia nacional enfatizou seus interesses internacionais. Com isso, veio o rompimento da aliança Partido Social Democrático (PSD) – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que expressava, com ressalvas, a aliança entre a burguesia nacional e o trabalhismo. O PSD aproximou-se cada vez mais da UDN e o PTB foi empurrado para a esquerda, embora não fosse originalmente um partido de esquerda.

Nesta linha de raciocínio, a campanha para as eleições presidenciais de 1960 evidenciou essa reacomodação de forças. O PSD era governo e tinha candidato próprio. O marechal Lott, apoiou o candidato da UDN, Jânio Quadros, contra Lott, o militar cuja candidatura fora lançada pela Frente Parlamentar Nacionalista.

Não agradando a burguesia, Lott frustrou os anseios golpistas da UDN em 1955, e nas eleições de 1960 encabeçou uma chapa que tinha como candidato à Vice-Presidência João Goulart, do PDT. Com Jânio, a UDN venceu pelas urnas, porém sem compromisso com partidos, não se dispôs a fazer o ajuste da ideologia política ao modelo econômico, demonstrava querer prosseguir na orientação nacionalista. A UDN sentiu-se enganada e diante desse cenário, Jânio renunciou (SAVIANI, 2011).

O golpe militar efetivou-se em 1º de abril de 1964 tendo como premissa ajustar a ideologia política ao modelo econômico. E a ideologia do nacionalismo desenvolvimentista deu lugar a doutrina da interdependência (relação de interdependência entre o Ocidente e o Brasil). Saviani (2007) ressalta que na relação entre o Brasil e o líder do bloco ocidental, os Estados Unidos, havia uma relação de interdependência. Cabe a reflexão: Com a Revolução de 1964, houve mesmo uma mudança? Saviani (2011) pontua que o rompimento ocorreu no nível político e não no âmbito socioeconômico.

Esse fenômeno de ruptura política para a preservação da ordem socioeconômica foi muito evocada pelos discursos proferidos nas comemorações cívico-militares no decorrer dos vinte e um anos de ditadura. Como temáticas constantes nesses discursos se tinham que as Forças Armadas levantaram-se para salvaguardar as tradições, restaurar a autoridade, manter a ordem e preservar as instituições.

Não tendo havido ruptura no plano socioeconômico, mas continuidade, entende-se que tenha havido continuidade também na educação. Isso se refletiu na legislação que instituiu as reformas do ensino implementadas pela ditadura. Não foi necessário revogar os primeiros títulos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, pois enunciavam as diretrizes a serem seguidas. Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina de interdependência.

Assim, os movimentos de educação foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados, começa o caminho denominado “anos de chumbo”. Após 20 anos de gerais-presidentes, a imprensa apontou uma avaliação da ditadura: 17 atos institucionais, 130

atos complementares, 11 decretos secretos e 2.260 decretos-leis, 80 brasileiros banidos do território brasileiro por questões políticas, 400 pessoas mortas ou desaparecidas e uma dezena de milhar abandonaram o país devido ameaças e perseguições de cunho político-ideológico (CUNHA, GÓES, 1985).

A repressão foi a primeira medida do governo a partir de 1964, por exemplo, Anísio Teixeira que ocupava o cargo de reitor da Universidade de Brasília, foi demitido nos primeiros dias do golpe. O Programa Nacional de Alfabetização, que utilizava o Método Paulo Freire foi extirpado e o Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica, especialmente no Nordeste, foi contido, o material foi apreendido, os monitores perseguidos e as verbas cortadas. Já os integrantes da Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler*, foram presos por seis meses. Com isso, um oficial da Marinha de Guerra passou a comandar a Secretaria de Educação do Município de Natal, mandou que abandonassem os acampamentos e queimou os acervos das bibliotecas (CUNHA, GÓES, 1985).

Neste sentido, os defensores do ensino público gratuito foram substituídos pela aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular com subsídio do Estado. Professores e estudantes universitários foram expulsos das instituições de ensino. Constantemente docentes eram denunciados às comissões de investigação. Na Universidade de São Paulo, o reitor Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça e da Educação, nos primeiros dias do governo golpista, demitiu professores que eram da oposição. Logo depois, como Ministro da Justiça, no governo do general-presidente Costa e Silva, redigiu o que acabou culminando no Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Nele continha medidas de endurecimento da repressão política (CUNHA, GÓES, 1985).

Todos os professores ou mesmo candidatos ao magistério eram compreendidos como suspeitos de subversão, até que se provasse o contrário. Ou seja, tinham que provar que não eram revolucionários. Assim, as universidades exigiam dos candidatos à docência a apresentação de um “atestado de ideologia”, emitido pelas delegacias de ordem política e social das secretarias estaduais de segurança pública (CUNHA, GÓES, 1985).

Com o regime militar o lema positivista “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil transformou-se em segurança e desenvolvimento (SAVIANI, 2011). Ou seja, desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo a baixa produtividade do sistema de ensino, revelada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era vista como um empecilho que precisava ser removido. Houve, pois, o estreitamento dos laços do Brasil com os Estados Unidos através da adoção do modelo econômico associado-dependente e presença das empresas internacionais.

Propagaram-se as ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo), que no meio educacional ficou conhecido pelo termo “pedagogia tecnicista”. Essa pedagogia ganhou forma a partir da segunda metade da década de 1960, conforme se constata nos eventos organizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e dos acordos MEC-USAID, como também nas demais literaturas divulgadas nesse período (SAVIANI, 2011).

O aprofundamento das relações capitalistas advindas da opção pelo modelo associado-dependente trouxe o entendimento de que a educação apresentava um papel importante no desenvolvimento e consolidação das relações, cuja ideia fica posta no Fórum “A educação que nos convém”, de 1968. Essa tendência, tem como pano de fundo, a teoria do capital humano, que a partir das proposições de Theodore Schultz, propagou-se entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. Sua força se evidenciou ao ser incluída na legislação na forma dos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade.

Destarte, o ano de 1969 marca a abertura dessa nova etapa, e com o Decreto nº 464, de 11 de fevereiro desse mesmo ano, entra em vigor a reforma universitária pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Nesse ano foi aprovado o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Ocorreu ainda a aprovação do Parecer CFE nº 252, que introduziu as habilitações técnicas no curso de pedagogia. E com a aprovação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, buscou-se estender essa tendência produtivista a todas as escolas do país, através da pedagogia tecnicista.

A intenção da USAID era legitimar uma transformação modernizadora imposta à nacionalidade, com o objetivo de direcionar a sua racionalidade pelo modo de produção capitalista. Com essa premissa, impuseram mudanças radicais no processo de ensino, a fim de modernizá-lo pela adesão à filosofia pedagógica desenvolvida nos Estados Unidos, com ênfase para efetividade, eficiência e posturas acríticas por parte de educadores colonizados.

Subjacente à proposta de ajuda, implantaram no aparelho escolar uma nova racionalidade pedagógica, com base numa eficiência que se assemelha à observada no processo de produção industrial. Buscavam-se novas metodologias, entendendo a educação como um bem econômico e, nessa linha de raciocínio, o indivíduo que não consegue se capitalizar, por meio da acumulação do seu capital humano, é entendido como um perdedor e sem capacidade para competir (ARAPIRACA, 1979).

A teoria do capital humano passa a se constituir no passaporte para a ascensão social, pois todos podem se educar, para com isso receberem melhores salários. Ao afirmar que todos são iguais, nega-se a luta de classe social e o indivíduo se sustenta apenas nos seus méritos pessoais, sendo esses uma fonte de capitalização, explorados por uma educação profissionalizante (ARAPIRACA, 1979).

Com esse objetivo, foram assinados vários acordos entre o MEC e a USAID, inspirados na diplomacia da boa vizinhança. Unificou-se o ensino primário com o ginásio e profissionalizou-se o colégio. Criou-se um novo tipo de escola, inspirada nos EUA, denominada de Escola Polivalente (segundo o CFE, no seu Parecer 912/69, a Escola Polivalente visava desenvolver no aluno, atitudes e capacidades de trabalho de acordo com a sociedade industrial vivida à época. Ou seja, o foco era no desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e hábitos para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país) (ARAPIRACA, 1979).

Neste sentido, Alves (1968) reuniu na obra “Beabá dos MEC-USAID”, os acordos estabelecidos entre o Brasil e os EUA em 1966 e 1967 e os disponibilizou ao público para debates e discussões. Nesse livro o autor denuncia os acordos, percebendo neles conteúdos de manipulação dos Estados Unidos que buscavam manter a soberania norte-americana sobre o Brasil, por meio de um planejamento educacional direcionado aos interesses estrangeiros.

Logo após o Golpe Militar, pelo menos nove acordos ou convênios foram assinados entre a parte brasileira e a norte-americana, cujos textos dos convênios são citados por Alves (1968), abrangendo os três níveis de ensino. Citemos alguns:

- 1 - O primeiro acordo, relativo ao ensino superior, de Assessoria para modernização da administração universitária, foi assinado a 30 de junho de 1966. Em 9 de maio de 1967, ele foi reformulado e ampliado, passando a ser denominado de Assessoria ao planejamento do ensino superior;
- 2 - O convênio entre o MEC através da Diretoria do Ensino Secundário (DES), o CONTAP e a USAID e o Brasil foi o primeiro acordo sobre ensino médio, assinado em 31 de março de 1965;
- 3 - Em 17 de janeiro de 1968 foi assinado o novo convênio Planejamento do ensino secundário e serviços consultivos relativamente ao ensino secundário.
- 4- Em 3 de junho de 1966 foi assinado o Convênio entre a Agência Internacional de Desenvolvimento (AID) e MEC, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) – criação de um centro de treinamento educacional visando ao treinamento de professores;
- 5- Em 30 de dezembro de 1966 foi assinado o Acordo de planejamento de educação primária.
- 6- Em 24 de junho de 1966 foi firmado novo convênio de Assessoria para expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil prevendo o treinamento de professores secundários;
- 7- Em 27 de novembro de 1967 foi assinado o convênio Evolução vocacional e treinamento rural, versando sobre a educação e treinamento rural;
- 8- Em 6 de janeiro de 1967 foi assinado o convênio acerca de Publicações técnicas, científicas e educacionais entre o MEC, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a USAID (ALVES, 1968).

Por tudo isso, funcionários do CFE, do MEC e da DES solicitaram o assessoramento de consultores norte-americanos no planejamento do ensino no Brasil, sob a forma de cooperação técnica e de financiamento à USAID, chamado de Acordo de Consultoria de Serviços para Educação Secundária e Industrial. O objetivo do acordo era assistir os conselhos e secretarias estaduais de educação no preparo de seus planos para o ensino secundário como também na composição de um grupo de técnicos brasileiros em planejamento de ensino (ARAÚJO, 2010).

A USAID, através do sistema universitário do Estado da Califórnia (EUA), representado pela San Diego State College Foundation, contratou os serviços de quatro especialistas (Manfred H. Schrupp, Rudolph Sando, Albert Hamel e Floyd L. Mullinix) para serem consultores por dois anos, nas áreas de planejamento do ensino secundário no âmbito federal e estadual.

Com essa medida, esperava-se: a) formação de uma equipe integrada para assessorar e orientar o planejamento do ensino secundário, que se constituiu em Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM); b) planos nacionais sobre o ensino secundário de âmbito estadual, que resultou no Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEN); c) relatório e recomendações ao Ministério, sobre as condições do ensino secundário no Brasil, que culminou na transformação do ensino Médio e Primário, com a Lei nº 5.692/71.

Por sua vez, o MEC se comprometia a: designar quatro educadores brasileiros (Pery Porto, Vicente Umbelino, Theodolindo Cerdeira e Geraldo Bastos Silva) para atuarem junto aos norte-americanos, treinarem, por meio de cursos, e observarem modelos de ensino primário, desenvolvidos nos Estados Unidos (ARAPIRACA, 1979).

Os conteúdos do curso contemplavam os seguintes temas: planejamento de currículo, estudos sociais, administração escolar, supervisão, sistema educacional dos EUA, formação de professores nos EUA, liderança funcional e educação numa perspectiva sociológica. Fica claro, que um dos objetivos era o de familiarizar os brasileiros à educação norte-americana, considerando a prestação dos seus serviços, oferecer infraestrutura de secretarias, caso necessário e viabilizar salários e bolsistas selecionados, para serem enviados aos EUA.

Essa equipe, formada por essas oito pessoas, foi sucessivamente se modificando, na medida em que vários outros brasileiros e norte-americanos participaram dela. Em contrapartida, a USAID, como doadora (que na verdade, se identificava mais como uma emprestadora), exigia que o Brasil desse publicidade à realização do projeto, por meio da imprensa, rádio e demais meios de comunicação, considerando-o parte da Aliança para o Progresso (ARAPIRACA, 1979).

Durante dois anos, a EPEM se estruturou e assessorou vários estados, como: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Pernambuco, em que cada estado, com a orientação da EPEM elaborou o seu plano educacional. O governo brasileiro também solicitou ajuda à USAID para expandir e melhorar o ensino médio, com ênfase na construção de prédios e aprimoramento dos currículos. O empréstimo custearia o planejamento educacional desses cinco estados.

O projeto setorial da ajuda pela USAID seguia uma linha estrutural que concebia a junção do ensino primário com o ginásio, o que foi consolidado com a promulgação da Lei nº 5.692/71. Com a cooperação técnica para planejamento da educação primária a USAID concordava em fornecer até 375.000 dólares para financiar um grupo de seis especialistas norte-americanos em educação, para auxiliarem o MEC no programa de aperfeiçoamento do ensino primário no Brasil.

A partir de 1972, a EPEM se integrou à estrutura de planejamento do MEC. Essa equipe perdeu sua autonomia e passou a se inserir administrativamente ao PREMEN. Cabe ressaltar que

esse organismo teve um papel importante no processo de transformação do sistema médio do ensino brasileiro.

Nesse contexto, em 1976, a USAID se preparava para diminuir ou mesmo deixar de financiar projetos educacionais no Brasil, alegando que a política educacional do governo brasileiro não estaria orientada para a democratização das oportunidades educacionais, de acordo com os acordos internacionais que o governo brasileiro tinha assinado, durante a presidência de João Goulart.

O governo brasileiro estaria, para o consultor norte-americano, aumentando a seletividade da escola, pois usava os recursos externos justamente para diminuir os gastos públicos com educação. Além do mais, agravando a seletividade, estaria havendo uma drenagem de recursos públicos para instituições particulares: 1% do total de recursos alocados no 1º grau, 40% do total de gastos com o 2º grau e 39% com o superior estariam sendo transferidos para estabelecimentos particulares (CUNHA; GÓES, 1985, p. 51).

Essa desativação refletiu-se na mudança dos próprios dispositivos constitucionais que determinavam os gastos governamentais com o ensino. A Constituição de 1946 determinava que a União deveria disponibilizar para o ensino 10% da receita de impostos, o mesmo devendo realizar com os Estados e Municípios com 20%. Porém, esses valores não foram atingidos. A falta de compromisso do Estado para com a educação, especialmente na ditadura, levou o Brasil a ser um dos países que menos investia na educação.

O ensino superior foi o mais prejudicado com a desobrigação do Estado para com a educação. As verbas destinadas às universidades foram cortadas e inclusive muitas tiveram que paralisar atividades importantes de ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, os privatistas, aproveitaram esse fato para aumentar os subsídios para os seus empreendimentos. (CUNHA, GÓES, 1985).

Os dados mostram, que nas décadas de 60-70 os ricos estavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Em 1970 havia 6,5 milhões de pessoas entre 7-14 anos fora da escola, em 1980, elas já eram 7,5 milhões. Isso mostra, que os excluídos da escola aumentaram de um milhão de 1970 a 1980. Essa política educacional lesiva se configura numa eficiente máquina produtora de analfabetos. Em 1970, 24,3% dos jovens de 14 anos não sabiam ler e escrever. Todo esse panorama mostra o fracasso da política educacional da ditadura, pois mesmo tendo aumentado a presença do povo brasileiro na escola, o resultado da escolarização foi insuficiente (CUNHA, GÓES, 1985).

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Das análises dos acordos MEC/USAID constata-se que um dos objetivos era o de familiarizar os brasileiros à educação norte-americana. Pois, foram submetidos a um processo de internalização de valores culturais dos EUA. Nesta ótica, os EUA são identificados como parâmetro de civilização, ou seja, como Centro de Produção inquestionável da ciência.

Esses acordos se constituíram em políticas ofensivas à qualidade do ensino brasileiro, cujas consequências se materializaram e estão presentes até a atualidade. A USAID teve poder de atuação em todos os níveis de ensino: primário, médio e superior, atingindo o âmbito acadêmico, profissional e o funcionamento do sistema educacional por meio de uma reorganização administrativa, no planejamento, no treinamento de docentes e técnicos e no controle do conteúdo geral do ensino.

Como aparelho ideológico, a Educação, foi um meio utilizado no Brasil, para o controle social. O objetivo do acordo entre o MEC/USAID era incutir no indivíduo a esperança de se amparar nos seus méritos pessoais, por meio do processo de educação pragmática e profissionalizante (a exemplo das Escolas Polivalentes), indispensável ao processo de modernização da produção nacional brasileira, sendo estes acordos resultados da política de Aliança para o Progresso no contexto do Regime Militar no Brasil.

Por tudo isso, os acordos MEC-USAID, na verdade tinha como proposta inicial privatizar as escolas públicas. Este pensamento encontra-se profundamente enraizado nas teorias neoliberais até os dias atuais. É certo que quando políticas neoliberais passam a fundamentar o planejamento educacional de um país, este sofrerá um verdadeiro desmonte no sistema educativo.

4 REFERÊNCIAS

ALVES. Márcio Pereira. **Beabá dos MEC – USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.

ARAPIRACA. José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. 1979. 273f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas. 1979.

ARAÚJO. José Alfredo de. A USAID, o regime militar e a implantação das Escolas Polivalentes no Brasil. **Revista de Epistemología y Ciencias Humanas**. Rosário - Argentina, n. 2, p. 51 - 61, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3 ed. rev. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011 (Coleção memória da educação).

SOUZA. Francisco das Chagas Silva. Educadores brasileiros e o despertar de aptidões: a escrita dos “Subsídios para o estudo do Ginásio Polivalente” (1969). **History of Education in Latin America – HistELA**, v. 2, p. 1 - 14, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/16506/11328>. Acesso em: 22 de jul. 2019.